

MULTICULTURALISMO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares

Miriam Mattos*
Eduardo Ismael Murguia**

RESUMO

O presente trabalho é a parte inicial da dissertação de mestrado “**Multiculturalismo em Ciência da Informação: percepções e ações dos Profissionais da Informação em bibliotecas escolares**” que tem como objetivo destacar a importância das bibliotecas para os estudos multiculturais no âmbito da educação. Este estudo, focado nas leis de inclusão social no Brasil, analisa as questões multiculturais sob o viés racial e suas imbricações econômicas, sociais e simbólicas. O trabalho estará, ainda, circunscrito geograficamente à cidade de Florianópolis. Assim, neste primeiro momento apresentamos a discussão teórica que fundamentará nosso trabalho. Revisões bibliográficas como estas se justificam no sentido de serem um exercício de sistematização e conceitualização imprescindíveis a todo trabalho de pesquisa. Por outro lado, acreditamos que se faz necessária, também, uma reflexão sobre a relação entre estudos multiculturais sob a ótica da ciência da informação e da biblioteconomia. É este o objetivo que nos propomos com o trabalho que agora submetemos. Com a finalidade de alcançar tal fim, dividimos nossa apresentação em três partes: na primeira observamos as mudanças e suas conseqüentes tendências nas abordagens teóricas, especificamente na educação. Num segundo momento destacamos a relação e o subseqüente papel que cumpre às bibliotecas a sua inserção nas mudanças das abordagens culturais no Brasil. E finalmente delineamos alguns apontamentos sobre o papel do profissional da informação dentro deste panorama.

Palavras-chave: Formação-Bibliotecários. Biblioteca Escolar. Multiculturalismo. Diversidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é a parte inicial da dissertação de mestrado “*Multiculturalismo em Ciência da Informação: percepções e ações dos Profissionais da Informação em bibliotecas escolares*” que além de fundamentar a contribuição científica social e acadêmica da pesquisa junto à área da Ciência da Informação, tem como objetivo destacar a importância das bibliotecas, para os estudos multiculturais no âmbito da educação bem como a formação e atuação do bibliotecário nesse contexto.

* Mestranda em Ciência da Informação pela UNESP miriammattos@marilia.unesp.br

** PGCI UNESP/Marília murguia@marilia.unesp.br

Este estudo, focado nas leis de inclusão social no Brasil, principalmente as Leis 10.639/03 e 11.640/08 que alteram a lei 9.394/96 de diretrizes e bases da educação nacional e incluem no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura africana e afro-brasileira e indígena, analisa as questões multiculturais sob o viés racial e suas imbricações econômicas, sociais e simbólicas

O trabalho estará, ainda, circunscrito geograficamente à cidade de Florianópolis. Isso ocorre por que diferentemente de outras cidades de Santa Catarina e do país, Florianópolis se destaca nos esforços para melhoria da qualidade da educação escolar oferecida aos seus municípios por ter desenvolvido ações voltadas para implementação de políticas de diversidade cultural, como por exemplo, incluindo a temática da Lei Federal 10.639/03 nos concursos e processos seletivos para professores.

Além disto, na capital catarinense foram organizadas bibliotecas escolares e contratados profissionais bibliotecários para gestão dos estoques informacionais, possuindo atualmente bibliotecários em 32 das suas 36 escolas municipais. Florianópolis também se destaca por possuir um programa municipal de diversidade cultural na educação. Além disso, dois cursos de biblioteconomia estão localizados na cidade, os das Universidades Federal (UFSC) e Estadual (UDESC).

Assim, vale perguntar, em que medida o profissional bibliotecário atuante na rede municipal de ensino, está qualificado para lidar com o novo contexto educacional, normatizado pelas Leis federais 10639/03 e 11645/08, que implicou no reconhecimento da diversidade cultural e no respeito ao direito à diferença? Quais suas percepções e ações sobre a temática na comunidade escolar? A formação inicial e continuada do bibliotecário contribui para a plena adequação do mesmo à implementação de uma educação multicultural?

Entende-se que o bibliotecário, gestor dos suportes educacionais nas redes públicas de ensino, atento à pluralidade cultural existente entre seus usuários - professores, crianças e adolescentes das classes populares -, pode atuar como um tradutor, mediando o contato entre a cultura letrada da escola e as diferentes culturas, quase sempre orais, da população estudantil, contribuindo deste modo para maior eficiência da educação escolar.

Assim, neste primeiro momento apresentamos a discussão teórica que fundamentará nosso trabalho. Revisões bibliográficas como estas se justificam no sentido de serem um exercício de sistematização e conceitualização imprescindíveis a todo trabalho de pesquisa. Por outro lado, acreditamos que se faz necessária, também,

uma reflexão sobre a relação entre estudos multiculturais sob a ótica da Ciência da Informação e da biblioteconomia.

Com a finalidade de alcançar tal fim, dividimos nossa apresentação em três capítulos: o primeiro, intitulado “Ciência da Informação: desafios em um novo contexto social”, Apresentam-se as mudanças e suas conseqüentes tendências nas abordagens teóricas, na sociedade como um todo, e também especificamente na educação com a introdução de políticas multiculturais. Neste capítulo levantamos alguns questionamentos: podemos, dentro das diversas atividades desenvolvidas tanto por profissionais da informação como pesquisadores, construir uma Ciência da Informação multicultural e criativa em que não se reproduzam padrões, estereótipos e exclusões? Até que ponto tal ciência aponta considerações à responsabilidade social?

No segundo capítulo, focado no contexto escolar, busca-se traçar um paralelo entre a temática do multiculturalismo e o papel do bibliotecário escolar. Destacamos a relação e o subseqüente papel que cumpre às bibliotecas escolares e a sua inserção nas mudanças das abordagens culturais no Brasil. E apresentamos, com mais precisão, detalhes das Leis 10.639/03 e 11640/08, como também as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

E no terceiro capítulo são apresentadas as considerações finais com dados sobre a necessidade da inclusão dos estudos multiculturais no ensino superior, apontando caminhos já iniciados por outros campos do conhecimento e abordagens teóricas necessárias na formação do profissional da informação.

2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS EM UM NOVO CONTEXTO SOCIAL

[...] a informação no contexto do estado está voltada para a análise da realidade social e subseqüente elaboração, aplicação e controle de políticas públicas [...] o Estado precisa encarar a informação como um recurso de gestão e desenvolvimento para o país. (FERREIRA, 2003, p.37 apud SANTOS e CARVALHO, 2009 p.52.)

A tecnologia modificou comportamentos sociais e, por conseqüência, transformou a biblioteconomia e fez emergir uma nova ciência, a Ciência da Informação.

Mas não foi somente neste aspecto que ocorreram mudanças. Muitas tensões que caracterizaram o pensamento educacional face às transformações históricas, sociais,

políticas e culturais que atingem sujeitos individuais e coletivos nas últimas décadas foram fundamentais para debates e transformações, incluindo algumas preocupações como: cidadania, acessibilidade para deficientes, gênero e multiculturalismo. Tais preocupações ganharam importância e visibilidade. E geraram, por sua vez, abordagens específicas em diversas áreas do conhecimento e da participação social.

Focalizando nossa atenção no multiculturalismo, nos últimos anos as discussões em torno do seu significado e das políticas de ação afirmativa alcançaram definitivamente lugar de destaque na agenda das ciências sociais e da política brasileira. Mas o que é Multiculturalismo? Cardoso (2004, p.2) afirma que,

Trata-se de [...] uma série de ações institucionais desenvolvidas na sociedade civil e nos diversos níveis de poder da República, voltadas para a compreensão do problema e elaboração de projetos capazes de atacar os mecanismos que permitem a reprodução das desigualdades.

Considera-se multiculturalismo um mecanismo para lutar contra toda forma de intolerância e em favor de políticas públicas capazes de garantir os direitos civis básicos a todos. Ou seja, políticas que levem em conta os múltiplos modos de ser e estar no mundo, que caracterizam populações diversas, com especificidades culturais.

Nesta direção, diversos instrumentos institucionais tiveram destaque na ampliação dos debates sobre o multiculturalismo, como: as Leis 10639/03 e 11645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e indígena em todos os níveis de ensino; os sistemas de cotas, tanto para universitários negros, indígenas e provenientes de escolas públicas, quanto para pessoas portadoras de necessidades especiais em empresas e escolas regulares de ensino.

Também contribuíram para a ampliação deste debate Leis que proíbem e punem a discriminação e violência contra homossexuais e mulheres, entre muitas outras que trazem à tona o caráter multicultural e desigual da sociedade brasileira e a “necessidade de se incorporar vozes plurais que a constituem”. (CANEN, 1997, p.71)

Estes movimentos sociais aos quais nos referimos tiveram como consequência influências na ciência, na razão, nos padrões "universais" e hegemônicos de ser, sentir e estar no mundo. Hoje nossos olhos se abrem para os “outros”, principalmente para os “outros” que não fazem parte do padrão eurocêntrico.

No documento elaborado em 1999, pela Comissão Internacional sobre Educação para a UNESCO, conhecido como relatório Jacques Delors, podem-se observar alguns aspectos dessa visão diferenciada do mundo, principalmente na área educacional.

A descoberta do outro - A educação tem por missão, por um lado, transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e, por outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta. Desde tenra idade a escola deve, pois, aproveitar todas as ocasiões para esta dupla aprendizagem (DELORS, 1999)

Também no livro “Biblioteca pública/Biblioteca escolar de país em desenvolvimento: diálogo entre bibliotecária e professora para a reconstrução de significados com base no ‘Manifesto da UNESCO’”, de Neusa Dias de Macedo e Idnéa Semeghini-Siqueira, observa-se que em seu conteúdo, entre outras temáticas relevantes, o debate sobre a “biblioteca pública sem preconceitos” também está presente.

A Biblioteca pública [...] baseia seus serviços em termos de igualdade de acesso a todos os indivíduos, independentes de raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social. Portadores de deficiências, inaptos por alguma razão, minorias lingüísticas e pessoas sediadas em hospitais ou prisões merecem serviços e materiais especiais. (MACEDO E SIQUEIRA, 2000, p.52)

Citando o Manifesto da UNESCO (1994), o Brasil apresenta campo aberto para incentivar as relações interculturais entre os indivíduos das diversas regiões do país, respeitando a diversidade e diferenças lingüísticas, usos e costumes locais. Como também são apresentadas como funções das bibliotecas brasileiras [...] fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural e [...] apoiar a tradição oral, cultivar diversos tipos de atos de linguagem a fim de prover o desenvolvimento da oralidade.

Assim, o campo da ciência da informação, que segundo Zins (2007, p.1) “está em constante mudança”, também deverá buscar se adequar às condições sociais que nos permitam atuar numa perspectiva de respeito com a diversidade cultural e multiculturalismo. Pois, conforme Zins, os cientistas da informação constantemente precisam revisar e redefinir seus fundamentos epistemológicos. (Tradução livre)

Com a visibilidade global de singularidades, de outras formas de ser e estar no mundo, que se agenciam buscando comunicação e informação, vem também a necessidade de refletir sobre essa nova era social que se apresenta. Assim nos cabe a reflexão: como podemos, dentro das diversas atividades desenvolvidas tanto por profissionais da informação como pesquisadores, construir uma Ciência da Informação multicultural e criativa em que não se reproduzam padrões, estereótipos e exclusões? Até que ponto tal ciência aponta considerações à responsabilidade social?

A concepção de uma Ciência da Informação com responsabilidade social não é nova. Já em 1975, em um estudo de Wersig e U. Neveling, em Berlim, era proposto um fundamento social para a mesma. Eles afirmavam

Em nossa opinião ciência não é algo justificável em si mesma, mas sempre pode ser justificada pelas necessidades sociais as quais foram as razões específicas que conduziram ao desenvolvimento da ciência da informação. (WERSIG; NEVELING, 1975 apud FREIRE, 2002)

Esses autores, afirma Freire (2002), foram além dos limites impostos pelo quadro teórico original, quando reconhecem que a necessidade de informação permeia todos os grupos sociais e não somente aqueles diretamente ligados à produção de bens e serviços. Neste sentido, observa-se que

O profissional desta área se encontra em um ponto no presente entre o passado e o futuro, convive com tarefas e termos tradicionais de sua profissão, mas precisa atravessar para outra realidade, para onde estão indo seus clientes, e aprender a conviver com o novo e o inusitado, numa constante renovação de seus conhecimentos e de seu agir no trabalho. Smit e Barreto (2002, p.17)

De acordo com os princípios ou os quatro pilares do conhecimento para a educação do novo século, acredita-se que é necessário, nesse mesmo campo, o desenvolvimento de processos educacionais que levem o indivíduo a “aprender a aprender”, “aprender a fazer”, “aprender a ser” e “aprender a conviver” num processo de aprendizagem permanente. (DELORS, 1999). Por isso acredita-se ser necessário um aprofundamento na formação desse profissional da informação, para que o mesmo consiga superar o olhar hegemônico.

Embora no Brasil muitos estejam encantados e ideologicamente comprometidos com o "Mito da Democracia Racial", constatamos que nosso sistema educacional vem sendo produtor e reprodutor de desigualdades sociais e étnicas.

Um exemplo é a recente pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) a pedido da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (MEC). Alguns dos dados de tal estudo foram divulgados em 18 de junho de 2009 no jornal “O Estado de São Paulo”.

Segundo a pesquisa, o preconceito está presente entre estudantes, pais, professores, diretores e funcionários das escolas brasileiras. “As pessoas com deficiência, principalmente mental, seguidas de negros e pardos são as que mais sofrem com esse tipo de manifestação”, diz o estudo. A principal conclusão foi de que “99,3% dos entrevistados têm algum tipo de preconceito e que mais de 80% gostariam de

manter algum nível de distanciamento social de portadores de necessidades especiais, homossexuais, pobres e negros. Do total, 96,5% têm preconceito em relação a pessoas com deficiência e 94,2% na questão racial.” (IWASSO; MAZZITELLI, 2009)

Assim, vale perguntar em que medida o profissional da informação, principalmente aquele que está na biblioteca escolar, contribui ou propõe ações para a superação de preconceitos? Está ele qualificado para reconhecer a diversidade cultural e respeitar o direito à diferença? Qual sua formação a respeito? São questões que tentaremos elucidar a seguir.

3 MULTICULTURALISMO E O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR

Falsificaram os livros de história, trocaram os heróis, botaram máscaras de carnaval nos fatos, botaram fogo nos documentos do tráfico e do crime e então ficamos sendo os que não são, ficamos sendo os que estão, ficamos sendo estas ruínas em autoconstrução (SILVEIRA, 1987, p.14)

Se partirmos do pressuposto de que a escola em nossa sociedade é, depois da família, a instituição responsável pelas relações de sociabilidade de crianças e jovens (LOPES, 2006, p.2), que nela o aprendizado sobre as regras e valores sociais é experimentado sob a ótica do grupo de origem, entende-se que as experiências iniciais com a escola precisam ser levadas a sério, pois podem definir a base de uma trajetória escolar mais tranquila ou mais atribulada. Afinal, sentir-se acolhido, incluído e integrado facilita a construção de uma auto-estima positiva, elemento fundamental para o sucesso escolar. Neste sentido identificou-se a distância entre a cultura presente no cotidiano escolar e as experiências culturais herdadas e partilhadas pela comunidade escolar.

Diversos estudos também apontam que no ambiente escolar a temática racial tende a aparecer como um elemento para a inferiorização das crianças afrodescendentes. E isso vale tanto para a escola privada quanto para a pública. Conforme Cavalleiro (2005, p. 40), “Codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos (as) negros (as), sinalizam que, também na vida escolar, as crianças negras estão ainda sob o jugo de práticas racistas e discriminatórias”.

Segundo Cardoso (2004), até recentemente as disciplinas escolares, bem como os estoques informacionais disponibilizados nas unidades de ensino, tendiam a apresentar uma visão homogeneizada dos brasileiros. Nela, estes eram descritos como

constituintes de uma civilização herdeira da cultura européia, reelaborada pelo contato com outros povos, dentre eles os indígenas e os africanos.

Neste sentido, é preciso olhar de perto as experiências escolares que essas crianças e jovens vivenciam. A escola precisa aprender para propor situações de aprendizagem que considerem a presença fundamental dos afrodescendentes e indígenas em nossa sociedade e, com isso, no currículo cotidiano e na biblioteca escolar, proporcionar outros encontros culturais, mas, dessa vez, de inclusão, de sucesso e, portanto, de aprendizagens positivas. (LOPES, 2006).

A Lei Federal 10.639/03, em combinação com a Lei Federal 11.645/08 e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, deixa nítida a obrigatoriedade do ensino de conteúdos indígenas, africanos e afro-brasileiros (BRASIL, 2003). E para o cumprimento dessas regulamentações é necessário não só um acervo informacional apropriado às temáticas nas escolas e bibliotecas, mas também a sensibilização e formação dos profissionais que nela atuam.

A questão, no entanto, não é passível de superação apenas com a edição de leis. Também é preciso um corpo teórico, somado a metodologias e pesquisas que resgatem valores quase desconhecidos, ou mesmo apagados por um contexto de escravidão e discriminação ao longo da história. Acredita-se que, assim, ampliar-se-ão as possibilidades de sensibilização social e busca de alternativas.

No caso das bibliotecas, principalmente as escolares, entende-se que suas atividades e políticas de coleções não são elementos neutros e desinteressados na transmissão de conteúdos dos conhecimentos sociais. Acredita-se, igualmente, que o currículo escolar é sempre imbricado em relações políticas de poder e de controle social sobre a produção desse conhecimento. Por isso, não se pode incorrer no erro de transmitir visões de mundo particulares, reproduzindo valores que irão participar da formação de identidades individuais e sociais e, portanto, formando sujeitos sociais.

Nesse contexto das mudanças sociais na legislação brasileira, o bibliotecário precisa estar atento as suas necessidades de formação e atualização profissional. Pois se a biblioteca pretende funcionar como espaço de ação pedagógica, o agrupamento de documentos, representado pela sua coleção, precisa estar em consonância com as Diretrizes Nacionais da Educação, “[...], além disso, é necessária uma política explícita, que trace diretrizes que orientarão o trabalho de seleção de maneira criteriosa e eficaz,

direcionando o acervo de maneira a atender a missão e os objetivos da biblioteca e a proposta pedagógica da escola”. (CAMPELLO, 2001, p. 3)

A escola tem um papel fundamental na formação de cidadãos capazes de conviver e de dialogar com a diversidade cultural e histórica do Brasil, além de promover a maior identificação dos estudantes com os conteúdos e práticas ensinados. Estes são fatores que influenciam diretamente no interesse pelo aprender e na auto-estima dos estudantes.

Portanto, à escola cabe o papel de reconhecer que tanto as pessoas que a compõem como as que integram a sociedade brasileira apresentam aspectos que as diferenciam: têm especificidades de gênero, de raça/etnia, de religião, de orientação sexual, de valores e outras diferenças definidas a partir de suas histórias pessoais. (RIBEIRO et. al., 2007, p. 2)

Assim, é no ambiente escolar que crianças e jovens podem se dar conta de que todas as pessoas são diferentes, mas que a diferença não deve pautar a construção de relações desiguais. Ademais, nesse espaço eles devem perceber que podem ser, junto com os professores e bibliotecários, os promotores da transformação do Brasil em um país onde haja direitos iguais e respeito à diferença. A biblioteca escolar “Não pode restringir-se a um papel meramente didático-pedagógico, ou seja, o de dar apoio para o programa dos professores. Há um eixo educativo que a biblioteca tem de seguir, mas sua configuração deve extrapolar esse limite, porque o eixo cultural é igualmente essencial”. (PERROTI, 2006, p.24)

Para Martins e Bortolin (2006, p.35) o bibliotecário escolar apresenta particularidades que o diferenciam de bibliotecários que atuam em outras unidades de informação. “Suas ações se encontram mais próximas dos pedagogos e demais educadores, **pois sobre ele recai a preocupação em dividir a responsabilidade de educar e de apoiar a escola no cumprimento do seu projeto político pedagógico**”. (grifo nosso).

Para Almeida Jr., o bibliotecário deve estar em constante questionamento, procurando conhecer sua área de atuação. Para ele o verdadeiro bibliotecário tem consciência de que o usuário é seu fim último; que sabe que as informações com as quais lida não são neutras e imparciais; está sempre procurando conhecer os motivos, o que há por trás de suas ações; e sabe que informação é imprescindível para a formação do cidadão. “O bibliotecário escolar é aquele que reconhece sua profissão como

importante e necessária para a sociedade e se reconhece como um agente de transformação social”. (ALMEIDA JR. 2006. p.54)

Porém a problemática é maior, já que “sabemos que o currículo de biblioteconomia no país ainda não oferece disciplinas específicas que visem formar o bibliotecário da biblioteca escolar enquanto educador” (MOTA, 2006, p.4). Como também não aborda em nenhum nível da graduação e pós-graduação a temática multiculturalismo e diversidade cultural.

Em “a Bela Adormecida precisa acordar”, Maria Fragoso faz um debate sobre a biblioteca escolar, seus principais problemas e desafios, bem como sobre a necessidade de profissionais preparados para esse contexto e suas “virtualidades”. Neste contexto a autora afirma que se precisa, nas bibliotecas escolares, “não de guardiões de acervos, mas de articuladores de ações dinamizadoras; não de contadores de livros, mas de contadores de história; não de estatísticas, mas de qualidade de leitura” e questiona “então: de onde surgirá esse profissional? Das escolas de biblioteconomia certamente não emergirá essa potencialidade, se não houver mudanças em seus currículos, uma vez que dali proliferam técnicos.” (FRAGOSO, 2005, p.46-50)

Além disso, temos como agravantes dados que apontam para a situação precária das bibliotecas escolares no Brasil. De acordo com o Censo Escolar de 2004 (BRASIL, 2005) são baixos os percentuais de bibliotecas e de bibliotecários nas escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) e profissionalizante no país. Apenas 25% possuem bibliotecas em suas estruturas. Os dados levantados pelo Censo comprovaram, ainda, o inexpressivo número de profissionais bibliotecários que atuam nessas poucas bibliotecas. Apenas 1,4% das bibliotecas de escolas brasileiras de ensino básico e profissionalizante possuem bibliotecários como responsáveis pelo setor.

Sem este profissional, as normas de funcionamento, a formação da coleção, o tratamento da informação e os serviços oferecidos pela biblioteca são instituídos sem discussão e sem critérios adequados, deixando de atender de forma satisfatória às necessidades da comunidade escolar e de criar e/ou incentivar, nessa mesma comunidade, mudanças quanto ao hábito de leitura e de pesquisa. (GARCEZ, 2007)

Porém, há lugares onde essa realidade é um pouco diferente. É o caso da cidade de Florianópolis, que possui bibliotecas e bibliotecários em 32 das suas 36 escolas municipais. A capital catarinense também se destaca por possuir um programa municipal de diversidade cultural na educação. Além disso, dois cursos de

biblioteconomia estão localizados na cidade, os das Universidades Federal (UFSC) e Estadual (UDESC).

Nestas Universidades já estão adiantados os debates sobre programa de cotas. A UDESC inclusive já começa a implantar as modificações recomendadas pelas Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais nos currículos das graduações, iniciando pela de Pedagogia.

Neste contexto, é necessária uma tomada de posição sobre qual e para quem serve essa informação. Pensar pesquisas que beneficiem públicos minoritários, políticas de acessibilidade, formação de bibliotecas e espaços multiculturais, espaços em empresas e escolas que valorizem outros padrões culturais, tudo isso são desafios a serem enfrentados e espaços a serem conquistados perante a sociedade.

Pode-se afirmar que o profissional da informação precisa de capacitação contínua, pois sua atuação está ligada às constantes transformações da sociedade e do uso das informações. E na disseminação do conhecimento, o profissional bibliotecário exerce papel preponderante, visto que cabe a ele, devidamente preparado, levar ao seu usuário não só a informação, mas também alternativas de consultas que visem enriquecer a pesquisa solicitada. Conforme (VALENTIM, 2002, p.89), “a qualificação e criatividade do profissional bibliotecário são indispensáveis, a fim de que ele possa saber agir diante de situações novas, sabendo buscar novas soluções para velhos problemas”.

Acredita-se ser necessário analisar a perspectiva de uma melhor preparação e capacitação do profissional bibliotecário para enfrentar os novos desafios da educação em um contexto multicultural, especialmente na implementação das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08.

Assim, vale perguntar em que medida o profissional bibliotecário atuante na rede municipal de ensino, está qualificado para lidar com o novo contexto educacional multicultural que implicou no reconhecimento da diversidade cultural e no respeito ao direito à diferença? Quais suas percepções e ações sobre a temática na comunidade escolar? A formação inicial e continuada dos bibliotecários contribui para a plena adequação dos mesmos à implementação de uma educação multicultural?

Porém, conseguir ter uma dimensão da percepção do profissional bibliotecário para com a diversidade étnico-racial não é fácil, pois, corroborando com (CANDAU, 2001, p.4), “Articular igualdade e diferença constitui outra questão que permeia todo o

nosso trabalho. No entanto, o problema não é afirmar um pólo e negar o outro, mas sim termos uma visão dialética da relação entre igualdade e diferença”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo que se aprende, se descobre, cria e produz toma sentido quando o empregamos para fortalecer nossa comunidade, para apoiá-la na resolução de seus problemas, que também são nossos. Para permitir que cada um de seus membros seja capaz de participar da vida social, política e econômica em pé de igualdade com outros grupos étnico-raciais e de construir sua cidadania.

Ensino herança africana
(SILVA, 2005, p.31)

As pesquisas podem e devem ser instrumentos de reflexão sobre a sociedade em que vivemos ou ainda como podemos melhorá-la. Assumir a diversidade cultural significa muito mais do que um elogio às diferenças. Não basta somente fazer uma reflexão densa sobre as particularidades dos grupos sociais, “mas também implementar políticas públicas, alterar relações de poder, redefinir escolhas, tomar novos rumos e questionar a nossa visão de democracia” (GOMES, 2003 p.140). Sabe-se que todas essas ações que alteram as relações de poder, perpassam através da mediação, o acesso e uso da informação e, por conseqüência, interessam à Ciência da Informação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação. E têm por meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática.

Acredita-se que pesquisas focadas na adequação dos profissionais bibliotecários a este novo contexto educacional poderão avaliar o grau de aplicabilidade da legislação em vigor, contribuindo para um diagnóstico da eficácia das ações do poder público, bem como da formação inicial e continuada oferecida pelas universidades responsáveis pela preparação e qualificação daquele profissional.

Espera-se contribuir na reflexão acerca de desafios que vão para além dos avanços tecnológicos, ou seja, para com os debates de uma superação das relações sociais discriminatórias, passando pela formação intelectual de pesquisadores e profissionais e sua atuação como mediadores da informação. Quando imaginamos a

Ciência da Informação como ciência focada na gestão do conhecimento, a pertinência deste estudo torna-se evidente.

Sabe-se que, dentro da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, pesquisas com esse enfoque ainda são muito tímidas. Mas isso não é um caso isolado desta área de conhecimento. Levantamento realizado em 2005 apresenta que dos 19.470 grupos de estudo e pesquisa inscritos na plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), em torno de 14 abordavam temas relativos a “negro e educação” e/ou a “educação e raça” (MONTEIRO, 2005, p.127)

Porém, Gomes (2004), Aguiar e Di Pierro (2004) ressaltam que a produção de teses e dissertações ainda é pequena, mas que existe um crescente aumento da produção sobre o negro e a educação, no Brasil nas últimas décadas. A maior parte dessa produção se apresenta em forma de artigos publicados em periódicos especializados na área de história e educação.

O ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, para a educação das relações étnico-raciais, tal como explicitam as suas Diretrizes Nacionais se desenvolverá nos cotidianos educacionais, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como também no conteúdo de disciplinas, nos laboratórios de ciência, de informática, na utilização da sala de leitura, na biblioteca, brinquedoteca, área de recreação, em ações culturais promovidas pelos estabelecimentos de ensino, e em outros ambientes escolares. Tais diretrizes preceituam que “[...] As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afro-descendentes [...]”.

Além das graduações de história, geografia, pedagogia e Educação Artística, que já passaram ou estão passando por reformulações para a aplicabilidade da Lei, também já existem iniciativas em outras áreas do conhecimento como: Em Medicina – abordagem entre outras questões, de estudo da anemia falciforme, da problemática da pressão alta, do preconceito no tratamento diferenciado aos pacientes; Em Filosofia – estudo da filosofia tradicional africana e de contribuições dos filósofos africanos e afrodescendentes da atualidade; Em Matemática - contribuições de raízes africanas, identificadas e escritas pela etnomatemática; Educação Física – o ensino da capoeira e do maracatu, entre outros.

Da mesma forma, acredita-se que os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação virão a se adequar às Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações

Étnico-Raciais, pois o cumprimento das mesmas será fator considerado para o funcionamento e avaliação das instituições de ensino.

Em Ciência da Informação já ocorrem alguns debates sobre responsabilidade social, multiculturalismo e diversidade cultural, mas ainda há muito que se avançar. Em alguns artigos podemos observar a preocupação e reflexão dos autores, principalmente pela representação da informação e do conhecimento no processo de indexação, como também quanto a questões éticas e na mediação da informação. Alguns deles manifestam preocupações, também, quanto à inclusão destas temáticas em outros aspectos da ação do profissional bibliotecário, como na seleção e aquisição de acervo apropriado, em contação de histórias, exposições artísticas etc.

Mas temos muitos outros aspectos que vão além das preocupações com discriminação social no processo de organização da informação que podem vir a ser abordados na formação do bibliotecário. Um exemplo é a própria história do livro e da biblioteca.

Atualmente a graduação de Biblioteconomia enfoca apenas aos padrões europeus e americanos, desconsiderando a existência daqueles que são considerados “bibliotecas vivas” da África, os *Griots*. Estes estudam aproximadamente 40 anos para se tornarem guardiões da história e da ancestralidade.

Quando não são abordadas algumas questões na formação inicial do profissional, principalmente para aquele que foi para o campo de trabalho e não fez pós-graduação, fica difícil fazer tais reflexões e ter modificações em suas ações cotidianas.

Mas a tarefa de seguir as novas diretrizes continua, como afirma outro trecho de tal documento: “os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras [...] proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários [...] para a implementação das Leis 10639/03 e 11640/08”.

A valorização da diversidade cultural e o reconhecimento da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na sociedade passam pela escola, pelos seus professores, como também pelos profissionais bibliotecários e bibliotecas escolares, fontes de formação e informação nas unidades de ensino. Logo, a biblioteca escolar precisa ser um organismo inovador, criativo e dinâmico (MACEDO e SIQUEIRA, 2000) e também Multicultural.

MULTICULTURALISM IN INFORMATION SCIENCE: perceptions and actions of information professionals in school libraries

ABSTRACT

This work is the initial part of the master's dissertation "**Multiculturalism in Information Science: Professional perceptions and actions of the information in school libraries**" that aims to highlight the importance of libraries for multicultural studies in education. This study, focused on the laws of social inclusion in Brazil, analyzes the issues in the multicultural *vies* racial imbricações and their economic, social and symbolic. The work is also, geographically confined to the city of Florianópolis. Thus, this first time present a theoretical discussion to justify our work. Bibliographic reviews as they are justified to be an exercise in systematic conceptualization and indispensable to all research work. Furthermore, we believe is necessary, also a reflection on the relationship between multicultural studies from the viewpoint of information science and librarianship. This is the objective we propose to work with the now subdued. In order to achieve this end, we divided our presentation into three parts: the first, we present the changes and their consequent trends in theoretical approaches, specifically in education. Second highlight the relationship and the subsequent role that the library meets their inclusion in the approaches of cultural change in Brazil. And finally, designed a few notes on the role of professional information in this overview

Keywords: Training-Librarians. Library School. Multiculturalism. Diversity.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JR. O bibliotecário escolar: seu perfil, seu fazer. In: **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Pólis, 2006.

BRASIL. LEI nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/2003.

_____. MEC. Lei 11645, de 10 de março de 2008.

_____. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília 1997.

_____. Resolução CNE/CP 1/2004. Seção 1, p.11 D.O.U de 22 de junho de 2004.

_____. MEC/SECAD. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC/SECAD, 2005.

CANEAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, Cotidiano Escolar e Cultura (s): Uma Aproximação. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, Agosto/2001 disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10852.pdf>>. Acesso em: 25 de maio 2008.

CANEN, A. **Competência pedagógica e pluralidade cultural: eixo na formação de professores?** Cadernos de pesquisa, n.102, p89-107, São Paulo: FCC, nov.1997.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Políticas culturais na educação: pensando o currículo, a formação de professores e o multiculturalismo**. In: I simpósio

Internacional de Educação. Torres, Universidade Luterana do Brasil – Campus Torres, RS, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane; SALES Augusto dos Santos (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC/SECAD, 2005. Coleção Educação para Todos

DELORS, Jacques (coor.) **Educação: Um tesouro a descobrir, relatório para a UNESCO da comissão Internacional sobre educação para o século XXI**. Disponível em < <http://4pilares.net/text-cont/delors-pilares.htm#Aprender> > acessado em 25 jun.2009.

FRAGOSO, Graça Maria. A bela adormecida precisa acordar. In: MACEDO, Neusa Dias de. (org) **Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual**. São Paulo: Editora SENAC/CRB8, 2005. P.46-50.

FREIRE, I. M. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.2, n.1, 2002. Disponível em < http://dgz.org.br/fev04/Art_02.htm > acessado em dez. 2008.

GARCEZ, Eliane Fioravante. O Bibliotecário nas Escolas: uma necessidade. **Revista ACB: Biblioteconomia em SC**, Florianópolis, v.12, n.1, p.27-41, jan./jun. 2007.

GOMES, Nilma Lino. Uma dupla inseparável: cabelo e cor de pele. In: BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E; SILVERIO, Valter Roberto (Orgs). **De preto a afro-descendentes: trajetórias de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos, UFSCar / Brasília, UNESCO, 2003, p.137-150.

GOMES, Nilma Lino. Levantamento bibliográfico sobre relações raciais e educação: uma contribuição aos pesquisadores e pesquisadoras da área. In: MIRANDA, Claudia.

AGUIAR, Francisco Lopes de. & DI PIERRO, Maria Clara (orgs). Bibliografia básica sobre relações raciais e educação. Rio de Janeiro:DP&A, 2004. P. 07-21.

LOPES, Ana Lúcia. **Currículo, escola e relações ético-raciais**. In: Educação africanidades Brasil. MEC – SECAD, Faculdade de Educação. Brasília. 2006. p.13-31.

MACEDO, Neusa Dias; SIQUEIRA, Semeghini. **Biblioteca Pública / biblioteca escolar de pais em desenvolvimento: diálogo entre bibliotecária e professora para a reconstrução de significados com base no Manifesto da Unesco**. São Paulo: FE-USP/CRB-8, 2000.

MANIFESTO IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECA ESCOLAR. Traduzido por Neusa Dias de Macedo. Disponível em: < <http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf> > Acesso em: 20 de janeiro 2008.

MARTINS, Elizandra; BORTOLIN, Sueli. O bibliotecário escolar “afinando” o foco na leitura. In: **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Pólis, 2006.

MOTA, Francisca Rosaline Leite. **Bibliotecários e professores no contexto escolar: uma interação possível e necessária.** UFMG. 2006. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/gebe/download_s/321.pdf> Acesso em: 23 jan.2009

IWASSO, Simone; MAZZITELLI, Fábio. **Escola é dominada por preconceitos, revela pesquisa.** São Paulo. Jornal Estadão de 18 de jun. de 2009. Disponível em <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389064,0.php> acesso em: 18 de jun.2009.

PERROTI, Edmir. Biblioteca não é depósito de livros. **Revista Nova Escola.** São Paulo: Abril, jun./jul. 2006, 24-26.

RIBEIRO, Álvaro Sebastião Teixeira et al. **Canção dos Povos** in: UNB. Centro de educação a distancia. Educação Africanidades Brasil. Brasília: UnB/CEAD, 2007.

SANTOS, Plácida L.V.A. da Costa; CARVALHO, Ângela Maria Grossi de. Sociedade da informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Inf. & Soc.** : Est., João Pessoa, v.19,n.1, p.45-55, jan./abr.2009.

SILVA, Petronilha Beatriz. Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania. In ABRAMOWIZ, Anete Roberto (org) **Afirmando Diferenças: montando o quebra cabeça da diversidade na escola.** Campinas, SP: Papyrus, 2005. p. 27-53.

SILVEIRA, Oliveira. **Poema sobre Palmares.** Porto Alegre: Edição do Autor. 1987.

SMIT, J. W; BARRETO, A. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional". In: VALENTIM, M. P. (Org.). Formação do profissional da informação. São Paulo : Polis, 2002. p. 9-23

VALENTIN, M.L. (org) **Formação do profissional da informação.** São Paulo: Polis, 2002. p.9 -23.

ZINS, Chaim. Conceptions of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.58, n.3, p.335-350, 2007. (tradução livre)